

Sistemas de espaços livres de uso público: um estudo sobre a Regional 3 do Município de Vila Velha - ES

Pâmella Cosme Ali

Universidade de Vila Velha – Brasil
pamella.ali@hotmail.com

Luciana Aparecida Netto de Jesus

Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil
luciana.njesus@gmail.com

Larissa Letícia Andara Ramos

Universidade de Vila Velha – Brasil
larissa.ramos@uvv.br

ABSTRACT

The quality of urban life is directly linked to the development of social interaction and well-being, often promoted by the development of open spaces and its relation with green areas, directly influencing the physical and mental health of its users. Increasingly, there has been an interest in relating and evaluating the influence of these spaces for their users, as well as their effect at the local level. In this sense, the objective of this work was to survey the open spaces of public use and green areas of the municipality of Vila Velha – ES. For this effect was exclusively considered the cut-off area of Grande Aribiri (Regional 03) in order to identify, quantify and qualify these areas, and its relationship with the city. The development of the methodology was based, primarily, on the identification of the areas through satellite images and geographic data made available by the Google Earth program. Another was the development of the database in the ArcGIS program, identifying the areas of public living and green areas and their radius of influence. Finally, a qualitative analysis was carried out, where it was possible to evaluate the quality of spaces and their relation with other indicators, such as areas with crime incidence. As an outcome, it was possible to identify that these areas do not serve the neighborhoods of the Region in a homogeneous way. For this reason, it is visible the lack of maintenance, infrastructure, or even your absence, generating insecurity in these areas.

Keywords: *Áreas verdes; Áreas de convívio; Qualidade de vida; Segurança pública.*

1. INTRODUÇÃO

Verifica-se nas grandes cidades uma elevada concentração populacional, logo, ocasionando o adensamento descontrolado do uso do solo, interferindo diretamente em sua paisagem urbana. Esse tipo de crescimento desordenado, acaba sufocando e oprimindo áreas de grandes potencialidades, afetando diretamente na qualidade de vida desses usuários.

Tendo em vista este contexto em que as cidades se encontram, as áreas livres de uso público, bem como as áreas verdes, estão gerando cada vez mais interesse no que diz respeito a sua influência em gerar qualidade de vida ao seu entorno. Segundo Loboda e De Angelis (2005, p.131) a qualidade de vida urbana está diretamente ligada as suas áreas verdes, ao desenvolvimento e convívio social, tornando-se um bem imprescindível para a população, influenciando diretamente na sua saúde física e mental.

Neste contexto, é indiscutível a importância dos espaços verdes tanto para a saúde física e mental dos usuários, quanto para o equilíbrio ambiental das cidades. Diante desse cenário, é relevante salientar que todos têm o direito de lograr dos espaços da cidade de forma autônoma, igualitária e saudável, e para que isso aconteça de forma plena é preciso que a cidade seja viva. A cidade viva, segundo Gehl (2014), é aquela que convida as pessoas a caminhar, pedalar, ou permanecer nos espaços livres que ela oferece. A presença de pessoas circulando pela cidade a torna mais agradável e segura. A cidade viva dá ênfase e prioridade ao pedestre com a finalidade de se alcançar um espaço com mais vitalidade.

Cavalheiro e Del Picchia, conceituam os espaços livres como algo mais abrangente do que somente relacionando-os as áreas verdes, mas os incorpora ao papel ecológico e a prática do lazer ao ar livre. “Os espaços livres desempenham basicamente papel ecológico, no amplo sentido, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto no enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre.” (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992 Apud BARGOS e MATIAS, 2011, p.175).

Outro fator a ser discutido ao falar nos espaços livres é a segurança vinculada a qualidade de vida urbana. Segundo Nygard, existe uma relação direta entre a sensação de segurança e a distribuição dos usos e ocupação das cidades, é essencial que haja diversidade dos usos para o bom desenvolvimento das cidades. Para o autor: “A sensação de segurança se instala e se fortalece quando a ocupação, a configuração e a dinâmica do espaço são percebidas pela população como inibidoras da ação criminosa. A sensação de segurança existe quando sentimos o ambiente vigiado e apropriado por pessoas e atividades” (NYGAARD, 2010, p.165).

Seguindo o raciocínio, a sensação da segurança advinda da diversidade dos usos e a dinâmica do espaço são determinados pelo traçado da cidade, a distribuição igualitária de espaços livres e suas conexões, bem como, quadras curtas com edificações com uso misto, garantindo assim melhores condições para a diversidade nas cidades (JACOBS, 2007). Segundo Saboya (2016), a interação de pessoas, de diferentes atividades ocupando, interagindo nas ruas e ocupando os espaços públicos tende a aumentar a vivacidade na cidade. Esta vivacidade em diferentes horários do dia, tende a garantir uma maior vigilância natural e conseqüente redução dos riscos de crimes no local.

A partir daí, ressalta-se a importância do Estatuto da Cidade, na forma da lei nº10.257 de 2010 que traz diretrizes sobre Política Urbana, onde seu principal objetivo é que todos os cidadãos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana de qualidade apresenta, garantindo à todos o direito as cidades sustentáveis, infraestrutura urbanas e entre elas o lazer (BRASIL, 2010).

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os espaços livres para práticas sociais inseridas na paisagem urbana da Regional 3, situada em Vila Velha, a fim de mapear e classificar essas áreas dentro deste cenário urbano.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, baseada na Sá Carneiro A.R. e Mesquisa L.B. (2000), foi definida em quatro etapas metodológicas, primeiramente, a identificação e caracterização das áreas, através do Google Earth. Posteriormente, foi realizado o desenvolvimento da base de dados com a identificação das áreas de convívio público e áreas verdes, delimitadas por um raio de influência (para quantificar o número de

habitantes no raio de influência, foi utilizado o Mapa interativo disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). A identificação desses espaços, consistiu no mapeamento desenvolvido numa base cartográfica digital, no programa de geoprocessamento ArcGIS, e por fim, foi realizada uma análise qualitativa, onde foi possível avaliar a qualidade dos espaços disponíveis e a sua relação com outros indicadores, tais como, as áreas com incidência de criminalidade, acessibilidade e disponibilidade de infraestrutura.

A regional em estudo (regional 3- Grande Aribiri) é uma área vulnerável, tanto pela sua trama geográfica, quanto por suas condições sócio econômicas, em contrapartida, são áreas de grandes potencialidades que abrigam áreas verdes que podem ser melhor explorados com amplas possibilidades.

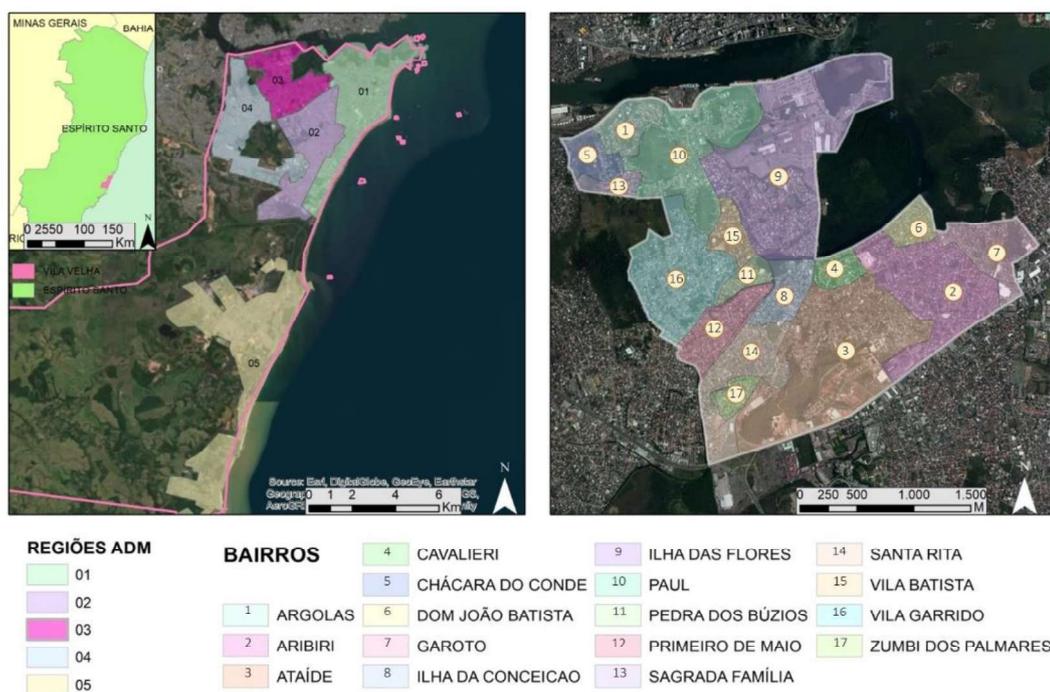
3. CARACTERIZAÇÃO URBANA: REGIONAL 3 – GRANDE ARIBIRI

Com 482 anos, Vila Velha é o município mais antigo e o segundo mais populoso no Estado do Espírito Santo, com população estimada em 476.664 habitantes, sua área territorial é de 209,965 km² (IBGE, 2010). Limita-se ao norte com o município de Vitória; ao sul com Guarapari; a leste com o oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Viana e Cariacica.

Para sua melhor organização, Vila Velha possui cinco regiões administrativas, para este artigo foi realizado o levantamento dos espaços livres de uso público da Regional 3.

Segundo a Lei Municipal nº 4707/2008 os bairros que compõem a Regional 3 são: Aribiri; Argolas; Ataíde; Cavalieri; Chácara do Conde; Dom João Batista; Garoto; Ilha da Conceição; Ilha das Flores; Paul; Pedra dos Búzios; Primeiro de Maio; Sagrada Família; Santa Rita; Vila Batista; Vila Garrido e Zumbi dos Palmares (**Figura 1**).

Figura 1. Localização do Município de Vila Velha e Bairros da Regional 3 - ES.



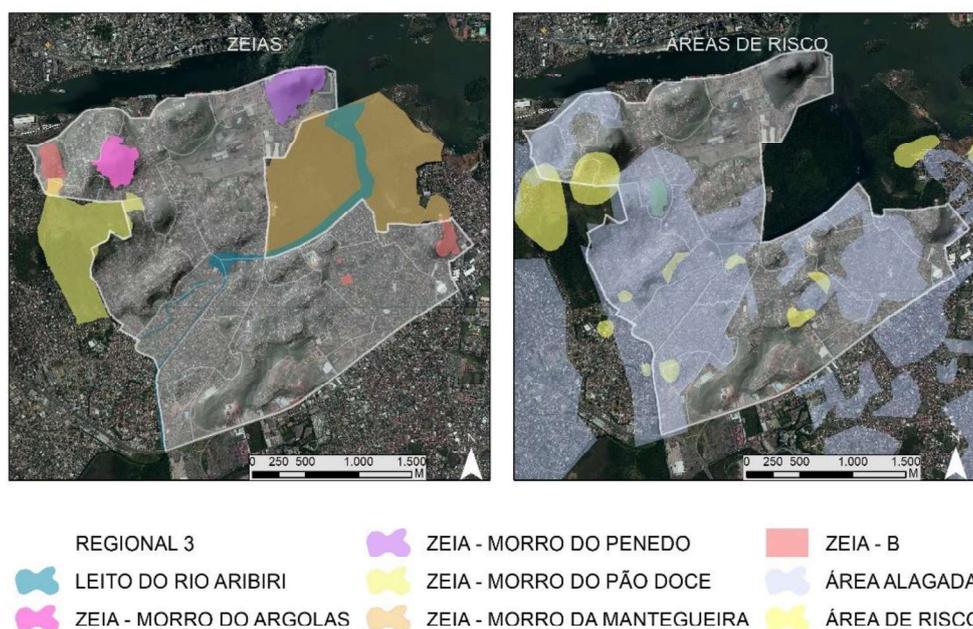
Fonte: Acervo da pesquisa, 2016

Conforme o Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha, a Regional 03 é definida por cinco diferentes zonas de ocupação: Zona de equipamento especial (ZEE 1); Zona especial de interesse ambiental (ZEIA); Zona especial de interesse econômico (ZEIE); Zona especial de interesse social (ZEIS); Zona de Ocupação prioritária (ZOP 4). Destaca-se nesta regional, o complexo portuário da Cidade (ZEE 1 – Capuaba), conhecido como um dos mais competitivos da América Latina e representando 88% das cargas que chegam no Estado. Apesar da concentração de moradias subnormais (ZEIS), a regional 3 possui expressivas áreas de interesse ambiental (ZEIA) como o Morro do Penedo, o Mangue Espera da Maré, o Morro de Argolas e o Parque da Manteigueira. Este último, apesar de não estar zoneado em nenhuma Regional, devido a sua proximidade, o parque exerce grande influência para microrregião estudada (**Figura 2**).

Na década de 50 a Cidade de Vila Velha experimentou um grande e desordenado crescimento populacional, que junto com a abertura da Avenida Carlos Lindemberg concretizou essa ligação direta com a Capital do Estado e permitiu acesso a vários bairros da região central e litorânea de Vila Velha. Esse crescimento foi intensificado também pela subsequente crise do café, gerando um fluxo ainda maior, inclusive a ocupação de áreas alagadas e áreas com alta declividade e de risco, como é possível verificar na **Figura 2**.

Outro movimento que se deu no perímetro de Vila Velha, de suma importância para entender como ocorreu o desenvolvimento da Regional 3, foi o crescimento ao longo das margens da Bacia Hidrográfica de Ariri (Rio Aribiri) e suas sub bacias, que desaguam na Baía de Vitória, entre o mangue Espera da Maré e o Parque da Manteigueira. Inicialmente esse rio era fonte de alimentos, trabalho e transporte para essa população, mas hoje é possível verificar a grande existência de ocupações irregulares, as margens dos rios ocupadas e reduzidas, a grande quantidade de bairros com graves problemas de saneamento básico, drenagem e esgotamento sanitário, que hoje grande parte é jogada diretamente no leito do rio, se tornando em boa parte um esgoto a céu aberto.

Figura 2. Identificação das ZEIAS e das Áreas de Risco – Regional 3.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2016

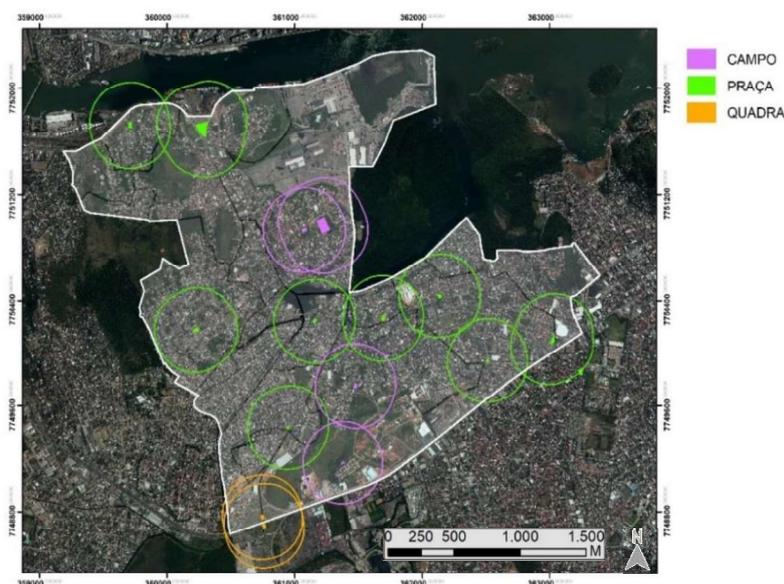
4. IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE USO PÚBLICO PARA PRÁTICAS SOCIAIS

Segundo Mendonça (2015), os espaços livres de uso público de práticas sociais são aqueles destinados ao lazer, atividades recreativas e esportivas. Fazem parte deste grupo as praças, parques urbanos, espaços residuais associados à malha viária e faixa de areia da praia próxima ao mar.

Nessa Regional temos um total de 17 bairros com média de 68.000 habitantes, com apenas 9 praças, que estão localizadas nos bairros Argolas, Aribiri, Ataíde, Ilha da Conceição, Paul, Santa Rita e Vila Garrido, sendo que 3 delas estão no bairro Aribiri. A Figura 3 ilustra as áreas livres de uso público para práticas sociais da Regional 03. De acordo com o mapeamento, apenas 30% da população residente na Regional estudada possui, em um raio de 300 metros¹ de abrangência, acesso as praças. Percebe-se, desta forma, uma má distribuição dos espaços livres para práticas sociais entre os bairros da Regional.

Através do mapeamento, foi possível identificar que em toda a Regional 3 existem apenas 9 praças, 4 campos de futebol e 2 quadras poliesportivas, conforme a **Figura 3**.

Figura 3. Identificação dos espaços para práticas sociais – Regional 3.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2018.

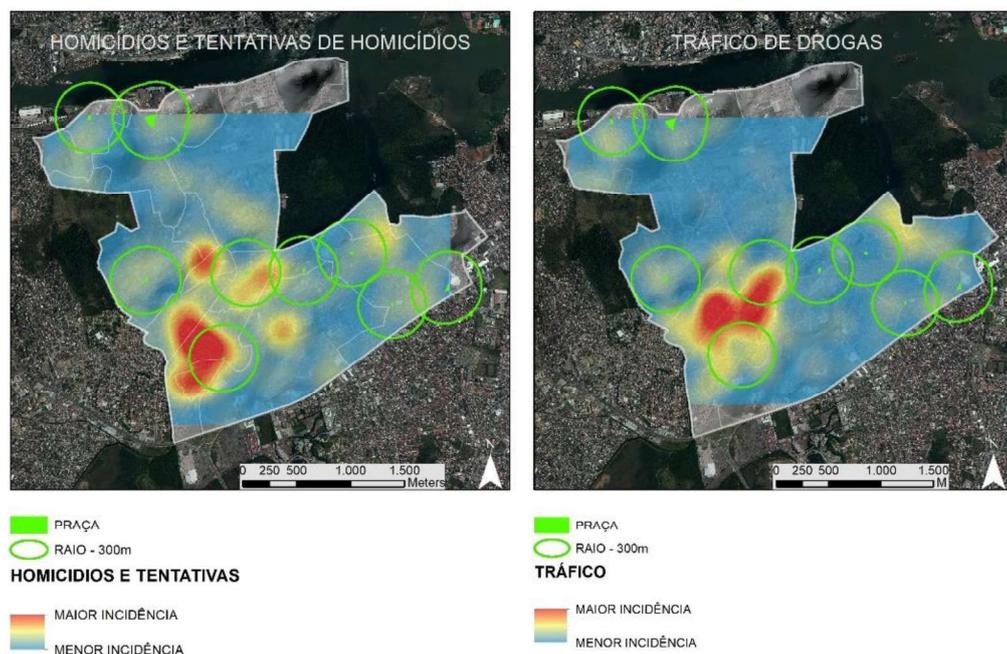
Constata-se neste estudo que 11 bairros dessa Regional (Bairros Cavalieri, Chácara do Conde, Dom João Batista, Garoto, Ilha das Flores, Pedra dos Búzios, Primeiro de Maio, Sagrada Família, Vila Batista, e Zumbi dos Palmares) não possuem espaços livres para práticas sociais consolidado. Outra análise realizada, foi a influência dos espaços públicos existentes e sua correlação com áreas consideradas vulneráveis do ponto de vista da segurança pública. Os bairros dessa Regional, em sua maioria, estão em áreas vulneráveis, com alta concentração de roubos, furtos, homicídios e tráfico.

¹ O raio de influência de 300 metros tem como referência pesquisas apresentadas pelo Programa Cidades Sustentáveis (2012). Conforme defendido no estudo, o raio de 300 metros de um espaço público, evitaria grandes deslocamentos no território, incentivaria a prática esportiva e a vivência. Também considerou nesta pesquisa, a classificações de Kelly e Becker (2000) que concebe as praças como espaços públicos de vizinhança, com raios de abrangência a população inferiores a 400m.

Essa realidade, que é a falta de segurança ou sensação de insegurança, deve-se, na maioria dos casos a falta de manutenção e iluminação (apesar de presente em 100% das praças, não estão em quantidade desejável). Além disso, nem todos possuem atrativos que propiciam essa sensação de segurança e incentivem a permanência nas praças, como área para recreação infantil, quadras ou campos, iluminação adequada, policiamento, pontos de taxis e ônibus, atividades que dinamizem o uso tanto diurno quanto noturno nas praças. Em alguns bairros dessa Regional, existe um sério histórico relacionado ao tráfico de drogas, na **Figura 4**, é possível observar a concentração desse tipo de ocorrência na Regional.

As ocorrências de homicídios ficam mais evidentes nos bairros Ilha da Conceição, Primeiro de Maio e Santa Rita, que são bairros com um longo histórico de disputa pelo controle do tráfico de drogas, provocando uma verdadeira guerra naquela região. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, mais de 50% dos assassinatos na Cidade de Vila Velha tem ligação com o tráfico de drogas. Ao observar a **Figura 4**, pode-se analisar que na área com maior incidência de homicídios, são locais com ausência de praças em sua proximidade.

Figura 4. Concentração das Ocorrências de Homicídios, Tentativas de Homicídios e Tráfico de Drogas

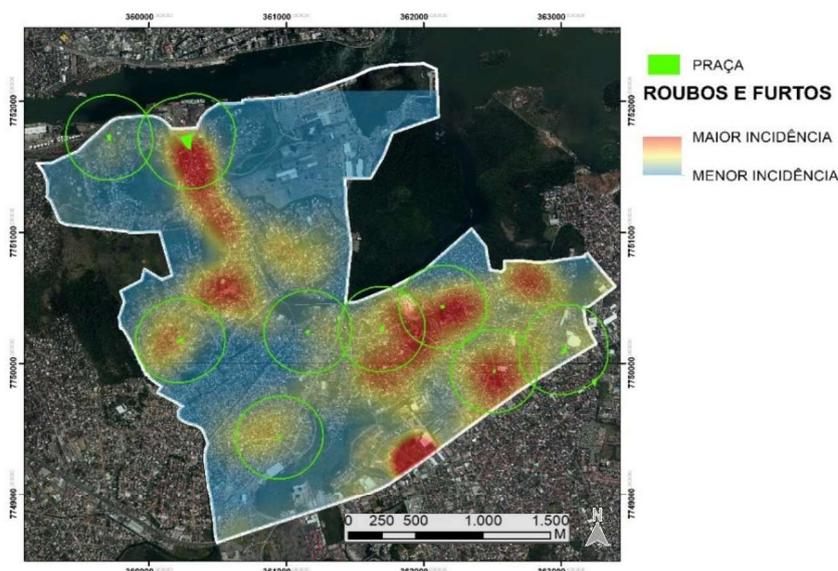


Fonte: Acervo da Pesquisa, 2018.

Essa análise revela que a falta de espaço público acaba por gerar falta de pertencimento local, a ocupação e a dinâmica do espaço, fatores que naturalmente proporcionariam segurança e vigilância, evitando ou minimizando a ocorrência de homicídios.

Ao observar a **Figura 5**, o contexto muda, pode-se analisar que na área com maior incidência de roubos e furtos é onde concentra-se o comércio nessa Regional, onde esses crimes ocorrem às pessoas em vias públicas.

Figura 5. Roubos e Furtos – Regional 3.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2018.

É possível analisar que a área que tem menor incidência desses dois tipos de ocorrências, está localizada na zona portuária da Regional, já a área com maior incidência se encontra no bairro Aribiri, que é um bairro com muito comércio e encontra-se na área mais plana da regional. Após visita de campo nas praças existentes no bairro de Aribiri, foi possível constatar que os espaços além de inadequada infraestrutura, estavam sem manutenção, acabando por tornar a área vulnerável.

4.1 Análise das praças

Dentre os espaços livres de uso público para práticas sociais deu-se foco nas análises e caracterização das praças, que são áreas voltadas para lazer, convívio social, atividades esportivas, recreação infantil e lazer para idosos. O objetivo desta análise foi verificar a qualidade e manutenção dos espaços existentes.

Neste sentido, para qualificar as áreas livres de uso público para práticas sociais, foi usado como suporte o Manual de Espaços Públicos (PROGRAMA SOLUÇÕES PARA CIDADES, 2013), para definir as condições de um espaço público, a fim de identificar suas deficiências, carências e possíveis potencialidades para futuros investimentos.

Foram realizadas visitas de campo para identificar esses elementos e feito um checklist com indicadores relacionados a infraestrutura, atrativos e vivências (ver **Tabela 1**).

Tabela 1. Checklist (parcial) de análise das praças – Regional 3.

BAIRRO	ID DA PRAÇA	ÁREA (m²)	Acessibilidade	Iluminação	EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO		
					Área Sombreada	Espaço de descanso	Quadra/Campo
ARGOLAS	Sem nome	1209,06	✗	✓	✓	✓	✓
ARIBIRI	Praça Aribiri	538,95	✗	✓	✗	✓	✗
	José Vereza	838,38	✗	✓	✓	✓	✗
	Conjunto Barcellos	1586,07	✗	✓	✗	✗	✗
ATAÍDE	Praça da Amizade	1051,49	✗	✓	✓	✓	✓
ILHA DA CONCEIÇÃO	Sem nome	771,33	✗	✓	✗	✗	✗
PAUL	Pracinha de Paul	6083,8	✗	✓	✓	✓	✓
SANTA RITA	sem nome	629,1	✗	✓	✗	✗	✗
VILA GARRIDO	Ramon Martinez	1175,5	✗	✓	✓	✓	✗

Fonte: Acervo da Pesquisa, 2018.

Na Tabela 1, é possível verificar a qualidade das praças, aspectos como a falta de acessibilidade está presente em 100% das praças, foram analisadas deficiências como rampas ou rebaixamento de guia para acesso as praças, ausência de sinalização (tátil, visual e sonora), obstrução de caminhos, rotas livres de obstáculos e pisos adequados de acordo com a NBR 9050 (Figura 6 e 7).

Figura 6. Pracinha de Paul – Bairro Paul



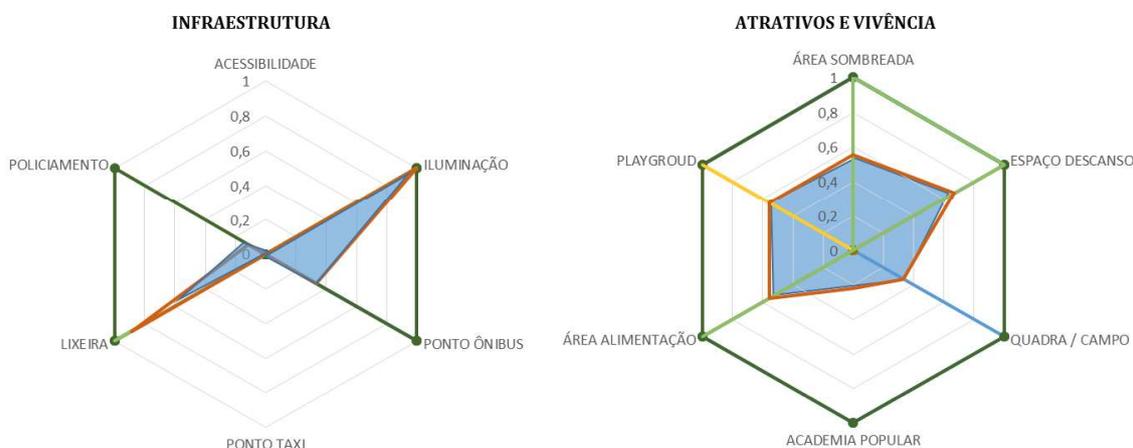
Figura 7. Praça José Vereza – Bairro Aribiri



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2017

Outro dado importante foi a arborização, ou ausência da mesma, visto que as praças que foram consideradas com áreas sombreadas efetivas, são as que obtêm um percentual acima de 50% da área total da praça sombreada por árvores, dentro dessas particularidades, no contexto encontrado, 55% das praças foram consideradas arborizadas (ver Gráfico 1). Alguns itens foram considerados como indicadores de atratividade e espaço de vivência, elementos como playground, quadra ou campo de futebol, academia popular ou para idosos, área de alimentação e espaços para descanso, são itens que incentivam a permanência e integração dos usuários, geram qualidade e vitalidade para esses espaços públicos. Para essa análise foi considerada a existência desses equipamentos, não levando em consideração a sua qualidade, este por sua vez é descrito na análise de cada praça, um exemplo, são as áreas de recreação infantil ou playground, que foram encontradas em 50% das praças, mas todas apresentaram a ausência de manutenção. Através do gráfico radar (Gráfico 1), é possível observar a má distribuição desses equipamentos, representado pela mancha em azul distanciado da extremidade do polígono que representa a inclusão de 100% dos equipamentos.

Gráfico 1. Infraestrutura e áreas de vivência das praças – Regional 3



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2017.

5. CONCLUSÃO

A região em estudo é uma área em constante transformação e desenvolvimento, é possível observar o aumento gradativo da população, que por sua vez vai ocupando áreas já com alto adensamento, continuando um crescimento desordenado, ocupando áreas alagadas, suprimindo áreas verdes, afetando diretamente no microclima local e na qualidade de vida das pessoas.

As áreas de convívio social, como foi demonstrado, não atendem os bairros da regional de forma homogênea, ficando claro a desigualdade na distribuição dos investimentos.

O crescimento desordenado gera impactos diretos nos espaços públicos, pois acaba que as áreas de interesse público ficam com as áreas remanescente, como já foi visto em sua maioria com déficit de áreas sombreadas, que dificultam a permanência de seus usuários para a realização de atividades. Muitas vezes a falta de manutenção, infraestrutura e atrativos dessas áreas, ocasionam espaços ociosos e sem uso, gerando a insegurança nessas áreas.

De acordo com o mapeamento das áreas livres de uso público da Regional 03 – Grandes Aribiri, foi possível identificar a falta de espaços livres para prática social em toda a regional, já em relação as áreas verdes protegidas (ZEIAs), foram identificadas dois grandes marcos naturais da Cidade, que é o Morro do Penedo e o Morro da Manteigueira, já consolidado como Parque Natural, que contribuem para uma melhora na qualidade de vida e uma relação direta com a natureza.

Áreas ambientais devem ser utilizadas como elementos estruturadores do desenho urbano, e não tratadas como obstáculos para o crescimento ordenado na região, deve-se preservar áreas de alagados naturais, manchas verdes, que são aspectos que devem ser fundamentos que qualifiquem a urbanização de forma efetiva, trabalhando o desenvolvimento da região em função da preservação, qualificação dessas áreas e de todo seu entorno, impedindo nossas invasões e ocupações irregulares.

Os estudos gerados, podem ser fomento para futuras intervenções para criação de espaços livres de uso público para o município de Vila Velha, visando sempre melhorar a qualidade de vida da população e a qualidade do espaço urbano.



REFERÊNCIAS

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. **Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual.** Soc. bras. de arborização urbana, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011..

BRASIL (2010). **Estatuto da cidade: Lei nº10.257 de 2010.** Disponível em: <<http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas.** São Paulo: Perspectiva. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010.** Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KELLY, E.; BECKER, B. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan.** Washington: Island Press, 2000

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Ambiência.** Revista do centro de ciências agrárias e ambientais, Guarapuava, pr , v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MENDONÇA, E. M. S. **Apropriações do Espaço Público: Alguns Conceitos.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, nº 2, dez/2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000200013&script=sci_arttext>

MOVIVE. VERDEVIDA. **Diagnóstico sócio-econômico e ambiental região do Aribiri.** Diagnóstico sócio-econômico e urbanístico - Vila velha - es , v. 1, dez. 2002.

NOVO PDM VILA VELHA. Mapas. Disponível em: <<http://pdm.vilavelha.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em: Dez. 2016.

NYGAARD, D. P. **Espaço Da Cidade, Segurança Urbana e Participação Social.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. Parque Sitiê. Disponível em: <<http://www.parquesitie.org/>> Acesso em: Jan. 2017.

SÁ CARNEIRO A.R. E MESQUISA L.B. **Espaços livres do Recife.** Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SABOYA, R. T. de. **"Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas** publicado em 18 Nov 2016. ArchDaily 59 Brasil. Acessado em 04 de Junho de 2018. <http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfolgicos-da-vitalidade-urbana-nilparte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>